



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 245

**HUNTINGTON E WALTZ: REFLEXÕES PARA ANÁLISE
DOS “NOVOS” CONFLITOS INTERNACIONAIS**

**Sildo Pedro Souza Cordovil
Durbens Martins Nascimento**

Belém, Outubro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 245

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

HUNTINGTON E WALTZ: REFLEXÕES PARA ANÁLISE DOS “NOVOS” CONFLITOS INTERNACIONAIS

Sildo Pedro Sousa Cordovil¹
Durbens Martins Nascimento²

Resumo:

Neste artigo são discutidos alguns aspectos centrais das teorias de Huntington, em *O Choque de Civilizações*, e de Waltz, em *O Estado, o Homem e a Guerra*, observando seus fundamentos na compreensão dos conflitos internacionais na contemporaneidade e suas contribuições para a análise dos “novos conflitos” no contexto de “guerras-fluxo”. Embora esses autores tenham se antecipado no deslocamento analítico sobre a persistência da guerra na nova ordem mundial, minimizando sua determinação por fatores ideológicos, econômicos e psicológicos, mas suscitando seu entendimento pela diversidade cultural dos conflitos e pela forma como os grupos de poder se inserem na estrutura política internacional, o “terrorismo” e o “narcotráfico” têm se caracterizado como desafios inovadores à análise política internacional pautada na relevância dos Estados como monopólio da violência. No entanto, sugere-se que o problema esteja mais relacionado à crise de paradigmas no campo da teoria política e menos na persistência das “novas” manifestações de guerras e de conflitos em suas várias possibilidades bélicas. A convergência entre esses autores sobre a relevância do Estado na condução da política internacional indica que a variável explicativa possa estar no seu próprio campo de investigação enquanto monopólio legítimo dos meios da força física, o que dependeria de fatores históricos, normativos, metodológicos, da forma como suas instituições políticas interagem entre si, com a sociedade e com relações internacionais.

Palavras-Chave: Conflitos internacionais. Guerra. Relações internacionais. Terrorismo.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento PLADES/NAEA/UFPA.

² Cientista Político. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. Professor do NAEA/UFPA.

1. Introdução

Este *Paper* analisa, comparativamente, as contribuições de Huntington e Kenneth Waltz para a compreensão da Guerra no mundo moderno e insere uma teoria da “nova” conflitividade nas Relações Internacionais, como destaca Thiago Rodrigues. O primeiro deu ânimo à vertente culturalista nas relações internacionais e o segundo consagrou-se como o mais importante teórico do neorrealismo contemporâneo na esteira do alemão Hans J. Morgenthau (1904-1980) e do britânico Edward H. Carr (1892-1982).

Para tanto, metodologicamente, o texto iniciará com uma aproximação aos pensamentos desses autores, abordando seus aspectos centrais e suas implicações quanto à questão do Estado e da Guerra, bem como, seus fundamentos teóricos para análise dos conflitos internacionais. Posteriormente, discutir-se-á o panorama crítico das abordagens dominantes sobre os “novos” conflitos na contemporaneidade e algumas perspectivas, e a sua compreensão a partir do conceito de “outras” conflitividades nos termos sugeridos por Thiago Rodrigues. Por último, serão desenvolvidas algumas considerações finais envolvendo as teses centrais dos autores discutidos e a necessidade de um olhar diferenciado sobre os desafios postos para a análise dos conflitos na nova ordem mundial.

A escolha de *O Homem, o Estado e a Guerra*, de Waltz, e *Choque de Civilização*, de Huntington, não expressa, conforme o olhar interpretativo do conjunto da produção de cada um dos autores, um consenso, no caso do primeiro, que seja a obra mais importante. Vozes levantam-se em prol do livro *Foreign Policy and Democratic Politics e de Theory of Internatinal Politics*³, pois este sim é o mais relevante pelas análises atualizadas sobre a Guerra Fria. Nossa defesa vai no sentido de que, embora se reconheça a magnitude desta última, foi em *O Homem, o Estado e a Guerra* que Waltz estabeleceu os pressupostos teóricos da sua teoria sistêmica sobre a causa explicativa do fenômeno da guerra a partir das “imagens” ou níveis de análise da política internacional.

Por outro lado, as três décadas que separam um do outro livro de Huntington e Waltz não minimizam a análise comparativa por causa da distância histórica. Ao contrário, permite o hiato, enquadrar metodologicamente em duas eras importantes do ponto de vista da Teoria das Relações Internacionais, a saber, o fato de que elas refletem em Waltz o contexto histórico-social da Guerra Fria e, em Huntington, a conjuntura internacional emergida do pós-Guerra Fria. Tal encaixe histórico possibilita novas e fecundas interpretações acerca do fenômeno dos conflitos internacionais e da Guerra.

No mais, algumas observações preliminares são necessárias: primeiro que, de longe, este texto não se aproxima da riqueza de detalhes e argumentações encontrados nas obras originais desses autores; segundo, porque se pressupõe que qualquer comentário sobre suas teorias constitui, no

³ A importância desse texto é ressaltada por Griffiths (2004: p.78).

mínimo, um “recorte limitado” sobre a imensa variedade de categorias e conceitos encontrados no conjunto de suas obras no que diz respeito ao tema aqui abordando. Nesse sentido, para efeito didático, Huntington, Waltz e Rodrigues serão abordados observando seus aspectos pontuais na contribuição para o conceito de “novas” conflitividades.

Conceitualmente, entendemos por “novas” conflitividades os eventos, processos e questões, embora alguns remontem à antiguidade clássica, lembrando as guerrilhas e o contrabando, dentre outros temas, mas cuja conformação política, cultural e ideológica tem origem no interior da Guerra Fria. Esta conformação ressurgiu e ganhou características e significados políticos, ideológicos e culturais novos numa ordem internacional marcada pelo fim da Guerra Fria e, principalmente, após o 11 de setembro de 2001 com o terrorismo islâmico⁴, a questão ambiental, o narcotráfico, o contrabando e o tráfico de pessoas e armas.

2. O Estado entre o Homem e a Guerra, segundo Waltz

Kenneth Waltz é atualmente pesquisador sênior de Ciência Política da Columbia University, professor emérito da UC Berkeley, um dos fundadores do neorealismo nas Relações Internacionais e ex-presidente da *American Political Science Association* (1987-1988). Está em atividade como membro da *American Academy of Arts and Sciences*.

Nos primeiros capítulos de *O Homem, o Estado e a Guerra*, Waltz ([1954] 2004) argumenta com precisão que os métodos utilizados pela ciência do comportamento (especialmente os da psicologia e psiquiatria) para explicação do fenômeno da “guerra” e da “paz” são ineficazes para o real entendimento dos conflitos internacionais. A crítica recai sobre uma qualidade partilhada entre pacifistas e cientistas do comportamento na definição das “causas da guerra” e de como “remediá-las”, perpassando pela ausência, ou mesmo negligência, de uma teoria política internacional elaborada.

O autor não nega a contribuição desses cientistas, reconhecendo que suas teses possuem validades apenas de pertinência acidental quanto ao comportamento humano vinculado à possibilidade da paz⁵. A ineficácia desses métodos, segundo Waltz, estaria em ignorar o contexto político da ação social em que surgem os problemas da guerra e da paz, bem como suas soluções.

⁴ Não cabe uma análise dos contornos culturais e ideológicos, bem como a motivação política do terrorismo. A ressalva é necessária pela falta de espaço para a discussão. Contudo, recomendamos um breve relato da natureza e das principais organizações terroristas no século XX feita por CARR, Carr. **A Assustadora história do terrorismo**, 2002.

⁵ Neste particular, cabem umas poucas palavras sobre a possibilidade da construção de um mundo de paz como mostram as antigas filosofias orientais. No ocidente o sociólogo pós-moderno e agora criador da “modernidade líquida”, Zigmunt Bauman escreveu que “Para que a utopia nasça, é preciso duas condições. A primeira é a forte sensação (ainda que difusa e inarticulada) de que o mundo não está funcionando adequadamente e deve ter seus fundamentos revistos para que se reajuste. A segunda condição é a existência de uma confiança no potencial

Para Waltz, essa ineficiência metodológica tem como base a ênfase demasiada nas “causas básicas” da guerra. O tema principal de muitos cientistas do comportamento parte da “primeira imagem das relações internacionais”, que pressupõe que as causas primeiras da guerra residem na natureza e no comportamento do homem, originários do egoísmo, impulsos agressivos, estupidez etc. As causas secundárias (como a política) são colocadas à luz desses fatores. Dessa forma, acreditam que a eliminação da guerra resultaria da elevação do espírito e do esclarecimento dos homens ou de medidas de ajustamento psicossocial, isto é, o que é mais importante para política pode ser buscado sob a superfície da política (WALTZ, 2004).

Waltz sustenta que Santo Agostinho, Espinosa, Niebuh e Morgenthau, como representantes da primeira imagem, ao especularem sobre a origem das mazelas políticas pela natureza fixa do homem quanto a sua potencialidade inerente tanto ao mal quanto ao bem, apesar de estarem equivocados, seriam úteis para vislumbrar os limites da realização política possível por meio do controle das variáveis que conduzem o homem à manifestação de seus males. Eles nos ajudam a perceber que se há maldade no homem, é porque seu comportamento impróprio leva-o a guerra; e se há bondade individual, é porque seu comportamento pode ser universalizado, significando paz. No entanto, ressalta Waltz, que a preocupação demasiada com a causa principal do conflito nos afasta de uma análise realista da política mundial, pois dentre as causas sociais, as causas básicas (fatores inerentes ao homem) são as menos manipuláveis, devendo, portanto, serem procuradas em outros lugares – na estrutura política internacional.

As implicações da primeira imagem para o entendimento dos conflitos internacionais são várias. Dentre elas, destaca-se a tendência à modelagem dos comportamentos do homem para se evitar a guerra, o que pode acarretar em três problemas⁶. Estes geralmente tendem a enfatizar as “causas da guerra” e a cura de seus males, a manipulação política pelos métodos psicológicos e a crença excessiva dos métodos racionalistas para o tratamento de questões de conflitos internacionais. Esses elementos acabam pressupondo um errôneo mérito aos cientistas do comportamento como promotores da causa da paz mundial (WALTZ, 2004).

humano à altura da tarefa de reformar o mundo, a crença de que ‘nós, seres humanos, podemos fazê-lo’, crença esta articulada com a racionalidade capaz de perceber o que está errado com o mundo....” (BAUMAN; 2009, p.15)

6 São eles: 1º - tentativa de eliminar as “causas” da guerra, que geralmente tem sido defendida por teóricos do comportamento e adotada por governos adeptos mediante recursos mecânicos que visam à cura dos males da sociedade pelas vias racionalistas de identificação de controle e conhecimento; 2º - manipulação política de um possível acidente histórico por meio da tentativa de evitar que incompetentes psicológicos, líderes políticos cegos por emoções, paixões etc., consigam chegar a exercer o poder político; e, 3º - a ilusão de que os problemas e conflitos internacionais possam ser resolvidos antes mesmo que eles aconteçam por meio dos ajustes racionais (WALTZ, 2004).

Os cientistas do comportamento, afirma Waltz, tendem a acreditar que a sensação de segurança e os hábitos de cooperação promovem a paz, e que, os hábitos de competição e agressão levam à guerra. As soluções psicológicas e sociológicas sobre tais hábitos resultariam, implicitamente, num governo mundial capaz de lidar com tais contradições. Para Waltz, essa suposição reflete um método poderoso no âmbito das ciências exatas e naturais, mas torna-se frágil para as ciências do comportamento humano. Esse método de compreensão falha não pela contribuição cumulativa aos fatos novos, mas sim, pelas contribuições oferecidas de se tornarem ineficazes pelo fracasso em compreender o significado da estrutura política da ação internacional. O principal erro dos cientistas do comportamento é a tendência em afirmar que os problemas da guerra e da paz são problemas de ajuste individual e social, não político.

3. O “alerta” de Huntington

Samuel Huntington (1927-2008) nos legou uma vasta obra. Intelectual e perspicaz, este professor acadêmico lecionou na Harvard of University, onde trabalhou por 56 anos. Consultor de vários governos e políticos pelo mundo afora, em grande parte, conservadores, o que lhe valeu a alcunha de direitista pela esquerda, ocupa um lugar de destaque na Ciência Política por dois livros: *Ordem Política em Sociedades em Mudanças* (1968) e o *Choque de civilizações*. No primeiro, Huntington acredita na possibilidade da ordem nas sociedades em mudanças como estratégia para o fortalecimento das democracias ocidentais que entraram posteriormente no processo de institucionalização democrática. A ordem opera na contramão da tese de que as democracias são consequências naturais do processo de modernização. Ao contrário, assim procedendo, as sociedades operariam nos marcos do caos em razão do aumento da demanda por políticas governamentais e, conseqüentemente, gerariam um fator de crise institucional e instabilidade política.

Está fora do nosso alcance a análise do impacto da primeira obra sobre o mundo acadêmico. Contudo, em *O Choque de Civilizações*, Huntington ([1996]1997) defende a tese de que a dimensão central e mais perigosa da nova ordem mundial é o conflito entre grupos de civilizações diferentes. Isso aconteceria porque a política mundial tem sido conduzida pelos aspectos e implicações da forma como as civilizações (entidades culturais distintas) tomam o lugar das ideologias e das nações. O Estado continua um ator relevante nas relações internacionais por possuir os instrumentos legítimos da força e por maximizar o poder.

O paradigma realista para Huntington apresenta fortes elementos argumentativos nessa direção para explicar que a guerra surge pela inexistência de uma ordem estatal mundial, na qual nenhum governo unilateralmente dispõe de meios para impor, soberanamente, uma outra ordem internacional baseada na legitimidade da lei, como se fosse um governo mundial. Contudo, o realismo supõe que os

países se comportam apenas em função da lógica da expansão do poder.⁷ Porém, o autor observa que o “choque” civilizacional remete a explicações sobre os conflitos presenciados no mundo atual, que não estão sendo atribuídos essencialmente a fatores ideológicos ou econômicos, mas sim aos de origem e de ordem cultural. Em suma, para Huntington, o realismo e o neorrealismo perdem força explicativa sobre a natureza da guerra e dos conflitos internacionais na medida em que minimiza a existência de componentes culturais enquanto dimensão primária na definição identitária das pessoas e da constituição dos povos e nações.

No mundo pós-Guerra-Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. (...) As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, num nível mais amplo, civilizações. As pessoas utilizam a política não só para servir aos seus interesses, mas também para definir suas identidades. (p.20)

Huntington prevê que as cisões entre as civilizações serão cada vez mais as linhas de batalha do futuro, mesmo dentro de países com tensões acerca de questões étnico-religiosas.

O mundo fica mais próximo. Essa vizinhança leva a fricção interétnica e expõe as diferenças e as semelhanças entre as civilizações. Em tal situação, a probabilidade de ressurgimento de tensões antigas e de acirramento de velhas rivalidades é bastante elevada, tendo então como possibilidade, o desenrolar de tensões, o advento da Guerra.

Mas adverte que, embora haja uma nova configuração dos conflitos na ordem mundial, em que cada vez mais os conflitos internacionais envolverão diferentes civilizações, os Estados-Nação ainda seriam os agentes mais poderosos no campo internacional.

É importante ressaltar, segundo Huntington, que a civilização ocidental foi o berço dos diversos conflitos entre Estados-Nação e ideologias, a exemplo das duas grandes Guerras Mundiais e da Guerra Fria. Com efeito, o fim desta última resultou no fato de que a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental consigo mesma e com as chamadas não-ocidentais.

⁷ O realismo concebe a Guerra como consequência direta dos instintos dominadores e impetuosos da natureza humana. O ímpeto pela dominação constitui a razão primordial para a Guerra. O neorrealismo recolocou a questão da causa da Guerra, mas expôs isso em termos mais complexos: a Guerra é uma atribuição da anarquia existente nas relações internacionais, exercendo pressão tanto sobre a natureza humana quanto sobre o comportamento dos regimes políticos.

Huntington alerta que, com esse “choque”, as relações internacionais (para ele multipolar e multicivilizacional), historicamente caracterizadas por um jogo jogado dentro da civilização ocidental, estarão cada vez mais se tornando um jogo em que as civilizações não-ocidentais terão maior participação. Os conflitos entre grupos de civilizações diferentes serão mais constantes, mais longos e mais violentos que os conflitos entre grupos de uma mesma civilização (guerras de linha de fratura), e tenderá à mais perigosa das guerras globais, uma vez que há aumento da consciência civilizacional, ou seja, o “choque” entre o Ocidente e o resto do mundo não-ocidental, algo situado entre o Ocidente e uma coalizão de Estados islâmicos aliados com a civilização confuciana.

Mas quais seriam essas civilizações, agora atores centrais nas relações internacionais? A tipologia das civilizações huntingtonianas de base cultural obedece à seguinte sequência: Ocidental, Africana, Islâmica, Sínica, Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana, Budista e Japonesa.

Essas civilizações respondem cada uma delas por conjuntos de elementos que dão coesão societária, sejam eles costumes, língua, tradição, história e instituições.

4. Algumas contribuições de Huntington e Waltz para análise dos “novos” conflitos internacionais

Não é de hoje que a questão da “guerra” e da “paz” tem sido um dos principais temas de estudo das Relações Internacionais, geralmente associado ao comportamento belicoso entre Estados na condução da política mundial. Mas conforme discutido acima, Huntington e Waltz trataram de afastar alguns fatores tidos como determinantes seus, como os ideológicos, econômicos e psicológicos. No entanto, mesmo que sua verdadeira compreensão ainda esteja longe de se acomodar num consenso, uma investigação significativa sobre os conflitos internacionais pode ser conduzida dentro do próprio paradigma político, considerando os Estados como unidades políticas relevantes na política internacional.

Segundo Aron (1986), as relações internacionais, enquanto conjunto constituído por unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e suscetíveis a uma guerra geral, configuram-se como relações de forças entre Estados, pautadas na livre concorrência pelo poder. A guerra, conforme Clausewitz (1996), constituiria o extremo dessa relação na continuidade da política por outros meios⁸. Nesse sentido, a relevância da guerra como tema por excelência das relações internacionais se justificaria porque o padrão de interação entre os Estados, mesmo regido pelo “princípio da

⁸ A máxima de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios continua atual. Contudo, um outro conceito do autor alemão de Da Guerra (1996), *Schwerpunkt* (foco de esforço), interpretado atualmente pelas Forças Armadas norte-americanas como “centro de gravidade (CG), utilizado para planejamento de batalhas de larga escala, principalmente na Guerra d Iraque, tem merecido amplo e profundo debate entre especialista e estrategistas militares, mormente após o 11 de setembro de 2001. Ver Vego, Milan, *O Schwerpunkt de Clausewitz* (2007).

reciprocidade”, cujo direito internacional tende a estabelecer regras de solução pacífica e controversa, resulta na inexistência de um Poder Internacional coercitivamente superior, capaz de fazer com que os acordos sejam respeitados (BOBBIO, 2000).

No entanto, nas últimas décadas, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial do século passado, os enfoques sobre os conflitos internacionais têm se diversificado, pondo em “cheque” esse paradigma dominante. Hoje, pelo novo discurso teórico das relações internacionais, percebe-se, com base na observação da presença e influência dos novos tipos de atores, que as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, e, ainda pela posição de destaque da economia, que apenas a capacidade militar não pode ser o determinante para definir o posicionamento hierárquico entre Estados. Esta capacidade passa a ser apenas um de seus fatores explicativos, juntamente com a economia, mesmo que ainda seja algo muito discutível atualmente (SUANO, 2005). Logo, se a íntima relação entre Estado e guerra era perceptível como fato marcante para os analistas de conflitos internacionais, os desdobramentos após a Guerra Fria tornaram mais evidentes a extrema complexidade que o tema realmente exige, bem como a dificuldade de elaborar uma Teoria Política das Relações Internacionais condizente com tal desafio.

As contribuições de Huntington e Waltz para essas discussões são importantes. Huntington, em seu “choque de civilizações”, ajudou-nos a deslocar os olhares para “fatos conflitivos” “extraestatais” e para as disputas entre unidades culturais antagônicas. Sua tese encontra eco na análise dos acontecimentos percebidos sobre as guerras nos Bálcãs ou mesmo nos Estados Unidos, com a emergência do “terrorismo fundamentalista islâmico”, culminando com os atentados de 11 de setembro de 2001 (RODRIGUES, 2004).

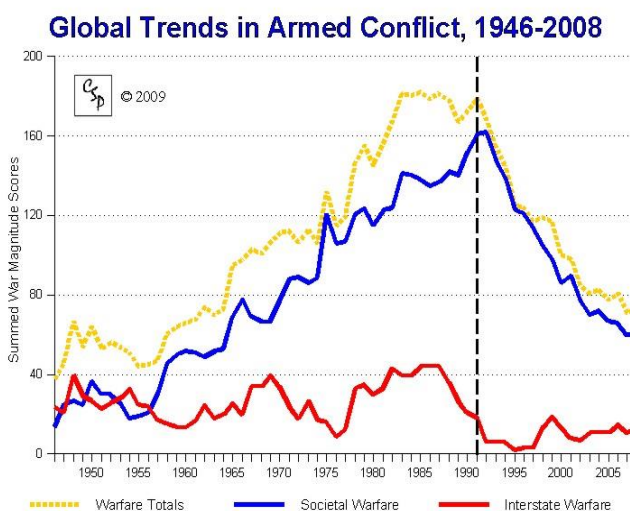
No outro lado, percebe-se em Waltz que o problema da guerra e da paz perpassa por uma questão metodológica. Ou seja, o problema da guerra nas relações internacionais não se origina na natureza humana, mas sim pela própria estrutura política do sistema internacional, que, motivada por uma lógica “anárquica” de poder, tende a “forçar” os Estados fracos a buscar segurança com Estados mais fortes com vistas à máxima garantia de sua autonomia. É um posicionamento “neorrealista” marcadamente opositor ao liberalismo idealista e ao próprio realismo pessimista (JACKSON; SORENSEN, 2007). Waltz reivindica uma leitura acerca da guerra a partir dos fatos externos, uma vez que compreende que a mesma é incentivada pela estrutura política, social e histórica de cada Estado, vistos e compreendidos como entes que precisam cuidar de si mesmos, e, porque inspiram ao egoísmo aspirando à segurança a partir da insegurança geral (anarquia internacional), armando-se um contra o outro. Para Waltz, os Estados ainda são atores-chave do panorama político mundial.

Portanto, tanto Huntington quanto Waltz não são mutuamente excludentes analiticamente e possibilitam uma aproximação ao quadro da “nova” conflitividade, justamente porque reconhecem a complexidade que a dimensão política (e sua análise) aspira na contemporaneidade, considerando a diversidade cultural dos conflitos e sua inserção metodológica na estrutura política internacional e, nesses, aspectos, convergem com Rodrigues (2004). Segundo este autor, a análise da política

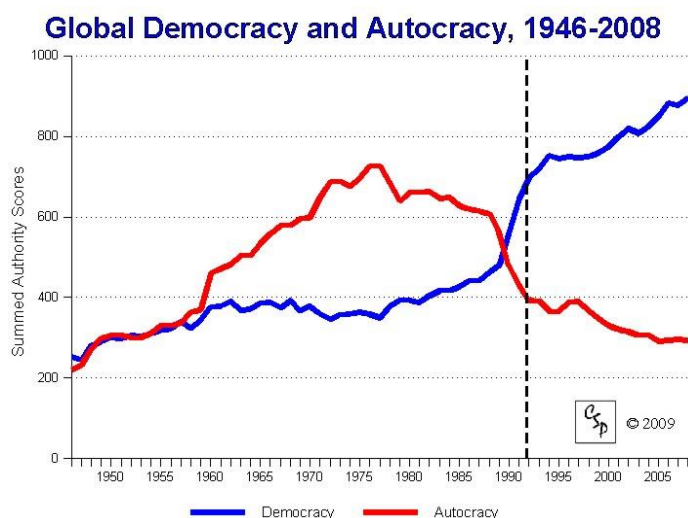
internacional na contemporaneidade deve focar um olhar sobre uma “outra” conflitividade, que não pressupõe o fim do Estado como agente da violência, mas sim, o surgimento de “vetores de combate fluidos, de difícil catalogação interpretativa”. O “novo” consiste na maneira de como tratar as “outras” conflitividades, haja vista que a subsistência da guerra, mesmo sob a égide da influência pacifista de cunho liberal, remete à necessidade de análises que identifiquem uma diversidade de situações violentas (conflitos contemporâneos) uma vez que as guerras nunca deixaram de existir, mas sim, ganharam outros contornos.

Os argumentos frisados por Rodrigues (2004) são de que a anunciada emergência de uma sociedade internacional, com base em regras e normas das relações entre as comunidades, estancou diante dos embates erigidos das estruturas político-sociais do período da Guerra Fria. Seja na África, Ásia, leste europeu, Oriente Médio etc., as guerras permanecem com suas violências e possibilidades bélicas⁹. O fim do conflito bipolar (equilíbrio do terror entre EUA e União Soviética) com o esgotamento do regime soviético e a emergência da política internacional, não abriu portas para paz. E o que é pior, como consequências, o quadro político proporcionou a produção de teorias explicativas débeis sobre os novos fenômenos da guerra, indicando uma crise de paradigmas – que de fato só existe no mundo teórico, pois as guerras reais nunca estiveram em crise.

Por outro lado, constata-se uma redução da quantidade de guerras após o pico, em 1991, como se verifica no gráfico abaixo:



⁹ Para uma compreensão histórica das Guerras, sugerimos o compêndio organizado por MAGNOLI, Demetrio. **História das Guerras** (2006).



Fonte: Systemic Center for Peace

Um dado interessante é que essa diminuição dos conflitos, sejam eles interestatais, guerras totais ou conflitos assimétricos, parece ter relação com o incremento das democracias liberais no mundo, como revelam os dados mostrados no gráfico acima.

Entretanto, o contraste ilustrativo refere-se às despesas com Defesa, que cresceram em quase todos os países, com exceção da Europa, contraditoriamente, onde se verifica a diminuição dos conflitos. Essa contradição ocorre porque o contingente militar desses países, no contexto da Guerra Fria, sustentava a liderança no ranking global dos países, e não sofreu alteração nas suas posições no pós-Guerra Fria. A tabela mostra a liderança da China, da Índia, dos EUA e da Coreia do Norte. Os arsenais de guerra permanecem com a supremacia dos EUA e da China.

Contingente militar dos países distribuído pelos continentes, com exceção da Oceania

País	Exército	Marinha	Força Aérea	Total	Subs	Frag	Helic	Aviões
África do Sul	36.000	4.500	9.200	49.700	2	4	12	84
Arábia Saudita	75.000	15.500	18.000	92.300	-	7	12	294
Brasil	190.000	48.500	50.000	288.500	5	9	30	250
Chile	47.700	19.000	10.600	77.300	4	8	20	79
China	1.700.000	250.000	400.000	2.350.000	69	42	37	2.600
Colômbia	178.000	15.000	7.000	200.000	2	-	45	57

Coréia do Norte	950.000	46.000	86.000	1.082.000	26	3	24	605
Estados Unidos	485.000	400.000	367.000	1.252.000	72	30	1.900	5.300
Índia	1.100.000	55.000	170.000	1.325.000	19	16	90	774
Inglaterra	116.000	42.300	54.000	212.300	15	20	170	450
Israel	125.000	7.600	35.000	167.600	3	-	100	680
Paquistão	550.000	25.000	45.000	620.000	10	8	28	374
Rússia	321.000	155.000	184.600	660.600	53	18	810	1.950
Síria	215.000	4.000	40.000	259.000	-	2	52	548
Venezuela	34.000	18.300	7.000	59.300	2	6	28	125

Fonte: Stockholm International Peace Research (SIPRI).

O terrorismo e o narcotráfico constituem os dois grupos de enfretamento em destaque nessa “nova” conflitividade. Hobsbawm (2007) documenta que os movimentos terroristas “são sintomas e não agentes históricos significativos” (p.135). Especialmente a partir dos anos de 1990, esses enfretamentos marcaram os focos de tensão da política internacional. Com o fracasso soviético, os Estados Unidos e a Inglaterra elegeram um outro “inimigo”: o “terrorismo”. Seu combate é justificado pelos norte-americanos por uma série de atentados: pela explosão de um carro-bomba no World Trade Center, em Nova York, em 1994; pela declaração de uma “guerra santa” aos EUA, em 1996; e pela destruição das Torres Gêmeas e parte do Pentágono, em 2001, todos atribuídos à Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden. Diante disso, o governo George W. Bush tratou de deflagrar guerra ao “terror” em todo o globo, suscitando a autodefesa do país e a proteção dos valores democráticos e liberais (RODRIGUES, 2004).

Quanto ao tráfico de drogas ilícitas, segundo Rodrigues (2004), embora não seja tema recente (remonta desde o século XX), seu combate se destaca só recentemente. A justificativa de seu combate perpassa desde a consideração enquanto práticas sociais desviantes e perigosas, levando a problemas de segurança sanitária e pública. O proibicionismo norte-americano encontrou apoio na Europa, América e Ásia, mas só ganhou destaque relevante entre os anos 1960 e 1970, isso porque é tido como uma postura criminalizadora dos ambientes legais nacionais para os internacionais, uma vez que o consumo de psicoativos cresceu com movimentos contraculturais, impactando na saúde de muitos jovens e nos governos nacionais. O perigo se torna maior para os Estados Unidos e seus aliados quando o narcotráfico se torna subversivo, atrelando corporações ilegais gigantescas, como os cartéis. O combate a essa modalidade de crime significa enfrentar o cancro moral, político e social, que não se resume a um só grupo, região ou Estado.

Rodrigues (2004) alude à compreensão desses fatos, que não são novos, mas que merecem novos tratamentos. Há a necessidade de uma *analítica internacional* capaz de dar conta dos novos processos nos quais se “materializam” os conflitos internacionais, como: as guerras descontínuas no

espaço; as situações de força, que atravessam a dimensão do Estado; os grupos armados ilegais; as guerrilhas; as empresas ilícitas, como o narcotráfico, indústria bélica e de segurança; o descontrole do porte de armas por parte dos cidadãos. A essa velocidade e fluidez das relações de poder na contemporaneidade, o autor chama de “guerras-fluxo” – instrumento analítico que busca dar respostas mais plausíveis e apropriadas a tal contexto.

Em tal contexto, a reação dos EUA deve refletir os desejos da opinião pública por uma ação enérgica e pesada militarmente, como refletido nas consequências do 11 de setembro de 2001, com a invasão do Afeganistão e do Iraque. A política externa norte-americana tem mostrado que o poder do país permanece “em fundações bastante sólidas” (MEAD; 2006: p.202). Mead insiste que “Ao se analisar a lista de pontos de interesses, que definiu o projeto norte-americano durante a maior parte do século XX, há razões concretas para acreditar que eles permaneçam dentro do alcance dos Estados Unidos” (p.203).

Sabe-se que a formação histórica e social de cada Estado é diferenciada, indicando que existe um grau diferenciado de autonomia e monopólio sobre o uso da força. No campo da teoria política, a autonomia do Estado é algo problemático, uma vez que tal premissa pressupõe exclusividade sobre o monopólio da força física, fato que não pode ser generalizado para todos os Estados. Não faz sentido falar em autonomia do Estado quando este possui monopólio dos meios da força, visto que no mundo real o corpo burocrático e as forças armadas (agentes estatais que controlam meios coercitivos) não estão fora da sociedade. Na verdade, a autonomia faz sentido quando governantes possuem objetivos próprios e são capazes de implementá-los, mesmo sob resistências. A autonomia do Estado depende de estudos de casos, considerando os condicionantes históricos e sociais que conduziram a relação concreta entre Estado e sociedade, especialmente as relações de poder via força e supressão de resistências, isto é, os elementos constituintes da dominação social historicamente dada.

5. Considerações Finais

As teses de Huntington e Waltz, aqui discutidas, sobre o fenômeno da “guerra”, embora não estejam em plena concordância, em alguns pontos nos colocam problemas teóricos inovadores que podem convergir para uma aproximação dos “paradigmas” que as Relações Internacionais, enquanto campo do saber científico das ciências humanas e sociais, precisam lidar no mundo contemporâneo, ou seja, as “outras” conflitividades destacadas por Rodrigues.

O “choque de civilizações” de Huntington nos alerta para um perigo inovador na nova ordem mundial: os conflitos entre grupos de civilizações diferentes e o deslocamento do foco analítico primordialmente sobre as ideologias e a economia para a cultura ocidental e não-ocidental, no pós-Guerra Fria. Waltz, numa tentativa de enfatizar a importância de se buscar explicações para os problemas da guerra mais na estrutura política internacional e menos nos fatores de natureza humana

(psicológicas ou sociológicas), contribui para vislumbrar a ineficácia dos métodos utilizados pelos pacifistas e liberais para a abordagem das relações internacionais e as proposições de soluções pacificadoras para os conflitos internacionais.

Em outras palavras, estes dois autores nos ajudam a refletir sobre as fragilidades teóricas e o enviesamento das abordagens dominantes sobre os conflitos internacionais, bem como nas controversas regras que o Direito Internacional atua na condução da “paz” mundial. Outro ponto em comum entre esses autores, é que ambos convergem na compreensão de que o Estado ainda constitui um ator relevante da política internacional e a na condução dos conflitos entre grupos de poder no mundo atual. Mas suas teorias se colocam à margem de uma profunda compreensão e explicação dos fenômenos “novos”, conflitivos, no mundo contemporâneo. No entanto, a articulação do conceito de “nova conflitividade” significando a necessidade de um enfoque analítico para o entendimento das “outras” conflitividades presentes e persistentes que desafiam a ordem mundial, a exemplo do terrorismo e do narcotráfico nos termos de Rodrigues (2004), podem complementar as contribuições de Huntington e Waltz na construção de um mosaico alternativo de compreensão e análise do fenômeno da “guerra” e da “paz”, tema caro às relações internacionais.

Talvez um dos grandes desafios postos seja encontrar um campo teórico convergente entre contextos de “guerras-fluxo” e o marco histórico-social estruturante da política internacional. Uma possível saída para esse impasse talvez seja o aprofundamento teórico e metodológico em cada enfoque analítico específico, com a preocupação em se fazer os devidos ajustes e aperfeiçoamentos epistemológicos, combinando com retornos aos marcos mais gerais de análise. Algumas pistas já foram dadas. Tanto Huntington, Waltz e Rodrigues, como analistas políticos da “guerra” e dos conflitos internacionais, não descartaram a relevância dos Estados nas relações de poder no mundo contemporâneo. Há entre eles um forte indício de que o Estado permanece uma variável relevante e dotado de certa autonomia sobre o uso da força e da coerção. No entanto, é importante considerar qual o limite e o alcance que essas teorias possuem para um olhar inovador para e pelo próprio Estado.

Talvez mais um incremento às teses expostas acima venha da análise endógena aos processos de conflito, expansão e consolidação das relações de poder dentro e pelo o próprio Estado, explorando seus limites e possibilidades de mudança na estrutura de poder político, no formato e na composição do sistema político – o que podem ou não afetar o posicionamento da unidade política no plano internacional. Interessante seria vislumbrar como as instituições políticas estatais (governo, parlamento, judiciário, burocracia, partidos, forças armadas etc.) expandem seu campo de influência política à vida societária, aos indivíduos, ao mundo das ideias e às relações internacionais.

Referências

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista. **Revista Cult**, nº 138, agosto de 2009.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARR, Caleb. **A assustadora história do terrorismo**. São Paulo: Editora Prestígio, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRIFFITNS, Martin. **50 Grandes estrategistas das Relações Internacionais**. Tradução Vânia de Castro. São Paulo: Contexto, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MEAD, Walter Russell. **Poder, terror, paz e guerra: os Estados unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

RODRIGUES, Thiago. Além das insígnias e bandeiras: narcotráfico e as guerras-fluxo. In: MATHIAS, Meire; RODRIGUES, Thiago (Orgs). **Política e Conflitos Internacionais: interrogações sobre o presente**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SUANO, M. J. F. O discurso teórico nas Relações Internacionais. **Civitas, Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, jul.-dez.2005.

VEGO, Milan. O Schwerpunkt de Clausewitz: mal traduzido do Alemão, mal-entendido em Inglês, **Military Review**, mai.-jun., 2007.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.